

A BNCC e o papel do professor de Língua Portuguesa

The BNCC and the role of the Portuguese Language teacher

Marilúcia Santos Domingos STRIQUER (UENP)¹

RESUMO

Como a Base Nacional Curricular Comum é o documento prescritivo da ação pedagógica mais recente no país, e diante da importância do professor como o responsável direto e imediato pela transposição das prescrições para a sala de aula, interessamo-nos em investigar quais as responsabilidades pré-definidas aos professores de língua portuguesa na BNCC, buscando responder à questão: os professores são concebidos pelo documento como atores responsáveis por suas ações ou como agentes? Para tanto, pautamo-nos nos preceitos teóricos-metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo. Os resultados demonstram que são vários os envolvidos na produção e nas ações de pôr em prática a BNCC, entre eles o professor. Contudo, ao professor é atribuído o papel de agente, simples participante de um processo sobre o qual não lhe são atribuídas responsabilidades, cabe a ele apenas colaborar para que os objetivos da BNCC sejam alcançados.

Palavras-chave: BNCC, Documentos prescritivos da ação docente, Professores da educação básica

ABSTRACT

As the National Curricular Common Base is the prescriptive document of the most recent pedagogical action in the country, and given the importance of the teacher as the direct and immediate responsible for the transposition of the prescriptions into the classroom, we are interested in investigating what are the pre-Portuguese teachers responsibilities with the BNCC, seeking to answer the question: are teachers conceived by the document as actors responsible for their actions or as agents? Therefore, we are guided by the theoretical-methodological precepts of Sociodiscursive Interactionism. The results demonstrate that there are several people involved in the production and in the actions to put into practice the BNCC, among them the teacher. However, the teacher is given the role of agent, simply as a participant in a process in which he is not assigned responsibilities, it is only for him/her to collaborate in order to achieve the objectives of the BNCC.

Key Words: BNCC, Prescriptive documents about pedagogical action, Basic education teachers

¹ Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil. Centro de Letras, Comunicação e Artes; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7511-3921>; marilucia@uenp.edu.br.

1. Introdução

Segundo Saujat (2004), a atividade docente é um “tecer”, para realizar o tecer, o professor tem a “trama”, formada pelos documentos prescritivos oficiais, às políticas educacionais, à hierarquia constituída, as regras do próprio ofício; e o professor também ainda a “tela” formada pelas histórias de vida dos professores, de suas experiências profissionais e pessoais, seus desejos, anseios, seus pares, sua família. É nesse sentido que nos interessamos em analisar, de forma mais específica, um dos fatores da trama que constitui a atividade docente, o mais recente documento prescritivo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em abril de 2017², pelo Ministério da Educação (MEC), a qual,

define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. [...], e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. (BRASÍLIA, 2017, p. 7- grifos do documento)

Portanto, a BCNN é uma prescrição, no sentido que o Interacionismo Sociodiscursivo confere a esse tipo de registro. Conforme informa Souza-e-Silva (2004), os textos prescritivos são aqueles que apontam os procedimentos, as regras e as normas estabelecidas por instituições hierárquicas superiores para o trabalho, aqui, no caso, para o trabalho do professor.

Nosso objetivo é, então, investigar quais as responsabilidades pré-definidas aos professores de língua portuguesa pela BNCC, buscando responder à questão: os professores são concebidos pelo documento como atores responsáveis por suas ações ou como agentes?

Conforme Bronckart e Machado (2004), as análises das representações sociais que se constroem nos textos prescritivos permitem “compreender a natureza e as razões das ações verbais e não verbais desenvolvidas e o papel que a linguagem aí desempenha” (p. 136). Isto é, permitem compreender porque os envolvidos na prescrição agem como agem, o que é influenciado também pela maneira como as prescrições são apresentadas.

Para alcance de nosso objetivo, nos pautamos nos preceitos teórico-metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), a partir dos estudos de Bronckart e Machado (2004); Bronckart (2009); Machado e Bronckart (2009).

2. Os procedimentos de análise de textos prescritivos

Conforme sugerem Bronckart (2006) e Machado et al. (2009), é por meio da interpretação da linguagem empregada em textos produzidos sobre o trabalho, bem como a empregada antes, durante e depois do trabalho, que as ações e o desenvolvimento humanos são apreendidos e compreendidos. É a

² Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 25 jun. 2017.

partir dessa premissa que analisamos a BNCC, tendo como norte os procedimentos de análise de textos elaborados por Bronckart e Machado (2004); Bronckart (2009); Machado e Bronckart (2009).

Os procedimentos para a análise de textos foram desenvolvidos, inicialmente, por Bronckart (2009), e consiste na análise dos elementos que formam o contexto de produção dos textos e dos elementos que formam a arquitetura interna ou folhado textual, procedimentos que sintetizamos a seguir.

No contexto de produção, investiga-se: a) os parâmetros do mundo físico - emissor, receptor, espaço e momento em que o texto é produzido; b) os parâmetros do mundo social e subjetivo - elementos da interação comunicativa que integram valores, normas e regras e a imagem que o emissor tem de si ao interagir e de seus receptores; c) o conteúdo temático - o assunto tratado no texto incluindo a valoração que os participantes da interação têm sobre o tema. Na arquitetura interna investiga-se: i) a infraestrutura textual - plano geral do texto; tipos de discurso; tipos de sequências e outras formas de planificação; ii) os mecanismos de textualização - conexão, coesão nominal e coesão verbal (responsáveis pela coerência temática de um texto); iii) os mecanismos enunciativos- vozes e modalizações presentes em um texto.

No entanto, Machado e Bronckart (2009) propõem uma ampliação do que fora desenvolvido por Bronckart (2009), sugerindo que, no contexto de produção se considere também as seguintes questões: os textos em análise se articulam ou respondem a outros? Qual o gênero (ou os gêneros) mobilizado (s) no texto?; qual a organização interna global do texto? Qual a fonte da prescrição? A fonte está explícita ou sofre ocultamento? A prescrição (ou as prescrições) está (ão) explícita (s) ou sobre (m) ocultamento? Qual os destinatários da prescrição? Os destinatários estão explícitos ou sofrem ocultamento?

E no que se refere ao folhado textual, a ampliação prevê três tipos de análises textuais/discursivas: análises do nível organizacional do texto; do nível enunciativo; e do nível semântico (do agir) (MACHADO; BRONCKART, 2009). Níveis que estão entrelaçados, apenas para uma apresentação didática, aqui se separam.

O Nível organizacional - análise da organização temática - compreende a identificação: a) do plano global do texto; b) dos tipos de discursos predominantes –que permite conhecer se há no texto uma maior interação entre enunciador e destinatário (discurso interativo, discurso relato-interativo) ou menor (discurso teórico, discurso de narração); c) dos tipos de sequências - de acordo com a organização das sequências é possível apreender se enunciador quer convencer, se fazer compreender, dirigir o olhar de seu destinatário, manter a atenção do destinatário, etc.; d) e dos mecanismos de textualização (coesão e conexão) - a organização dos mecanismos de coesão nominal permite identificar os principais actantes colocados em cena pelo texto e quais os seus papéis em relação ao tema abordado. Por exemplo, de acordo com Machado e Bronckart (2009, p. 57), os actantes não são neutros quando ocorre “a repetição de uma mesma unidade lexical, seu apagamento ou sua substituição por um sinônimo ou por um pronome não têm o mesmo valor”. São esses procedimentos que estabelecem ao actante o papel de ator ou de agente. No caso da organização dos mecanismos de conexão, organizadores textuais na balisagem do plano de texto, das fases das sequências e dos tipos de discurso, tal organização permite que seja conhecida a

ordenação do tempo e do espaço do discurso, por meio dos organizadores espaciais e temporais, ou podem estruturar a progressão do texto e marcar diferentes partes por meio de enumerações, mudanças de tópicos, ilustrações, exemplificações ou ainda expor a responsabilidade enunciativa e proposta argumentativa do autor do texto, por meio dos organizadores argumentativos.

O nível enunciativo - envolve os mecanismos de responsabilização enunciativa, em geral marcados por unidades linguísticas, como: a) a ausência ou a presença de marcas de pessoa; b) marcas de inserção de vozes; c) modalizadores; d) adjetivos.

a) As marcas de pessoa permitem conhecer a representação do enunciador no agir representado. Por exemplo, a alternância de pronomes pessoais - eu, nós, a gente - coloca em cena o estatuto do actante como aquele que age individual ou coletivamente. b) As vozes presentes no texto podem ser as das entidades discursivas que assumem a responsabilidade pela enunciação, ou as que são atribuídas aos responsáveis pela enunciação. Essas vozes estão inseridas nos diferentes tipos de inserção de discursos relatados (discurso direto e indireto) e em outros índices de inserção como as aspas, as paráfrases etc. De acordo com Machado e Bronckart (2009, p. 60), “a análise qualitativa desses diferentes marcadores permite identificar o grau de distanciamento ou de aproximação com que o enunciador se relaciona com elas”. Já as vozes implícitas ou pressupostas são identificadas por meio dos organizadores argumentativos e das unidades de negação de asserção. c) Os modalizadores do enunciado são unidades linguísticas que exprimem a posição de uma instância enunciativa sobre o conteúdo da proposição, explicitando o grau de verdade (modalizações lógicas), de necessidade (modalizadores deônticos) ou de avaliação subjetiva (modalizações apreciativas), com o qual a instância enunciativa assume esse conteúdo.

O nível semântico - referente à semiologia do agir e abrange todos os dados obtidos com a análise do nível organizacional e do nível enunciativo de um texto. De Bulea (2010) utilizo as categorias sugeridas sobre as modalidades de designação dos protagonistas dos textos que se compõem na identificação do tipo de relação predicativa empregadas nos textos: primeiro, identifica-se o emprego de relações predicativas diretas – uso de orações construídas com sujeito – verbo; e de relações predicativas indiretas – uso de orações com verbo – metaverbo – verbo. Para estas últimas, a autora toma como princípio de análise a classificação dos metaverbos com função modalizadora utilizada por Bronckart (2009). E, para análise das relações de sujeito – verbo o foco recai sobre os processos codificados pelos verbos, distinguindo-se os verbos em: verbos que codificam atos ou gestos: criar, produzir etc.; verbos que codificam recursos cognitivos: reconhecer; lembrar etc.; verbos que codificam processos linguageiros: dizer, explicar etc.; verbos que codificam processos de pensamento: acreditar; pensar etc.

Nesse nível também se verifica os elementos do agir, isto é, se o actante do texto é dotado de razões, intenções e capacidades para agir. Se a razão for de origem coletiva e de natureza material ou externa, se a finalidade para o agir for de origem coletiva e se ao actante não forem dados ou reconhecidos recursos para agir, o actante é interpretado como agente de suas ações. Mas se os motivos foram caracterizados como sendo razões de agir interiorizadas por um indivíduo singular; as intenções também

foram particularidade de um indivíduo e a ele for dado ou reconhecido instrumentos e capacidades para o agir, a interpretação é de que ele é o ator responsável por seu agir.

Para Bronckart e Machado (2004), algumas perguntas podem conduzir a análise do nível semântico, sobretudo, na análise de textos prescritivos: Quais são os aspectos ou fases do trabalho do professor tematizados pelos textos? As determinações externas? Os conhecimentos e/ou atitudes dos professores? As diferentes fases do curso de seu agir? As capacidades, atitudes ou reações dos alunos?; quais os protagonistas desse trabalho que são instaurados pelo texto como verdadeiros atores responsáveis pelo seu desenvolvimento? A instituição? O projeto de ensino? A metodologia? Os conteúdos? Os instrumentos de ensino? Os professores? Os alunos?; quais desses protagonistas se encontram agentivizados pelo texto, isto é, que não são apresentados como verdadeiros atores, mas apenas como simples elos ou instrumentos de um processo sobre o qual não lhes é atribuída uma real responsabilidade?; qual é o grau de generalidade e/ou de especificidade com que se tematizam as diferentes fases do curso do agir dos professores?; quais os aspectos ou fases desse trabalho que são valorizados ou desvalorizados? Conforme postulam os autores, essas perguntas se restringem conforme o propósito ou necessidade específica de cada pesquisa.

3. A BNCC

Norteados pelo procedimento de análise de textos proposto pelo ISD, analisamos a BNCC em uma perspectiva descendente, o que nos possibilitou verificar que: o contexto sócio-histórico mais amplo da BNCC envolve uma resposta do MEC, segundo o próprio documento, à Constituição Federal de 1988, à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394 de 1996 e à Lei nº 13.005 de 2014 que promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE). Leis que estabelecem a necessidade da definição de conteúdos mínimos para a formação dos currículos do ensino fundamental. Responde também às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica de 2010, sobre a questão dos currículos passarem a incluírem, valorizarem e atenderem à diversidade cultural existentes no país; bem como, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 2015) sobre a necessidade dos currículos se formarem a partir da concepção da equidade, não só para as pessoas com deficiências mas também para a diversidade e pluralidade que constitui a sociedade brasileira.

Em relação ao contexto micro, a BNCC em análise é a terceira versão do documento, publicada em abril de 2017. A primeira versão foi elaborada e publicada em setembro de 2015 e disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016. Na Apresentação, a afirmativa é a de que a primeira versão,

Recebeu mais de 12 milhões de contribuições – individuais, de organizações e de redes de educação de todo o País –, além de pareceres analíticos de especialistas, associações científicas e membros da comunidade acadêmica. As contribuições foram sistematizadas por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e subsidiaram a elaboração da segunda versão. (BRASÍLIA, 2017, p. 5)

Por sua vez, a segunda versão, publicada em maio de 2016, foi objeto de estudos e debates em seminários organizados pelas secretarias de educação estaduais e municipais, de junho a agosto de 2016, e examinada por especialistas do Brasil e de outros países. E, de acordo com a BNCC (terceira versão) antes de ser finalizada, a segunda versão também passou por análises de especialistas, associações científicas e professores universitários. Assim, conforme o próprio documento, a terceira versão, nosso objeto de análise, também “foi analisada por leitores críticos (especialistas, associações científicas e professores universitários), que produziram pareceres relativos às diferentes etapas da Educação Básica, às áreas e aos componentes curriculares do Ensino Fundamental” (BRASÍLIA, 2017, p. 6)

Assim, envoltos nesse contexto micro são apresentados os autores do documento, isto é, os responsáveis pela produção da BCNN, os quais são anunciados na contracapa do documento, como sendo: o MEC, nomeando o ministro da educação em exercício em 2017; a Secretaria Executiva e a Secretaria de Educação básica com a apresentação dos respectivos nomes dos secretários; e postos como parceiros as instituições: o Conselho de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Movimento pela Base. Porém, ao final do documento, são nominados ainda na Ficha técnica – Versão final: os membros titulares e suplentes do Comitê gestor da BNCC e Reforma do Ensino Médio (presidente, secretários executivos), secretário da Educação Básica, da Educação Profissional e Tecnológica, da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, secretário de Educação Superior, secretária de Articulação com os Sistemas de Ensino – Sase, os redatores, os leitores críticos a tradutora da versão para o inglês. Em seguida, também ao final do documento, são apresentados também os créditos institucionais e ficha técnica da 2ª e da 1ª versão da BNCC.

Logo, O papel social desse conjunto de pessoas e instituições é o de responsáveis pela elaboração da BNCC. Instâncias hierarquicamente superiores que regulamentam o trabalho do professor, o qual também é reconhecido como autor do texto, referenciado como tal na seção de Apresentação do documento e nominados no final do documento quando da apresentação da ficha técnica das três versões. Importante destacar que a primeira versão passou por consulta pública e é nesse sentido que a afirmativa do documento é a de que “a BNCC é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira” (BRASÍLIA, 2017, p. 5).

A partir de todos esses aspectos, nossa interpretação é a de que a fonte da prescrição é explícita, e origina-se das leis, diretrizes e documentos apresentados pela BNCC em seu contexto macro, bem como do coletivo de produtores expostos no contexto micro.

Já os destinatários do documento, intrinsecamente, são todos os envolvidos com a educação básica no Brasil, principalmente os encarregados da implementação da BNCC. Implementação que se iniciará com a construção dos currículos subnacionais (currículos estaduais, distrital e municipais), depois com a produção dos projetos políticos pedagógicos das escolas, dos programas de ensino dos professores e por

fim nas práxis da sala de aula. Portanto, dentre os destinatários envolvidos estão os professores da educação básica, os quais, conforme afirmamos, são os responsáveis diretos pelo desenvolvimento dos alunos. Nesse sentido, nossa premissa é a de que os professores são, *a priori*, os principais destinatários das prescrições que formam a BNCC, uma vez que cabe ao docente a transposição didática do plano normativo propositivo estabelecido na BNCC, nas Diretrizes Estaduais, nos Projetos Políticos Pedagógicos da escola, nos Planos Pedagógicos Curriculares. Questão reconhecida pela BNCC quando da assertiva de que,

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. [...] Diante das evidências sobre o peso do professor na determinação do desempenho do aluno e da escola de educação básica, essa é uma condição indispensável. (BRASÍLIA, 2017, p. 15).

Contudo, em nenhum momento o discurso constitutivo da BNCC se dirige ao professor de forma direta como principal destinatário, como acontece em outros documentos, por exemplo, nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), de 1997, que logo na seção inicial dirige o discurso ao professor:

Ao professor

É com alegria que colocamos em suas mãos os **Parâmetros Curriculares Nacionais** referentes às quatro primeiras séries da Educação Fundamental. (BRASIL, 1997, p. 5 – grifos do documento).

O mesmo acontece nos PCNs de 1998:

Ao professor

[...]. Assim, é com imensa satisfação que entregamos aos professores das séries finais do ensino fundamental os Parâmetros Curriculares Nacionais, com a intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro. (BRASIL, 1998, p. 5).

Também nas *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias* (2006):

Carta ao professor

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio foram elaboradas a partir de ampla discussão com as equipes técnicas dos Sistemas Estaduais de Educação, professores e alunos da rede pública e representantes da comunidade acadêmica.

O objetivo deste material é contribuir para o diálogo entre professor e escola sobre a prática docente. (BRASIL, 2006, p. 5).

Diferente dos documentos supracitados, a BNCC não tem o professor como interlocutor direto em nenhuma de suas partes textuais. Por vezes, o discurso é estruturado no modo impessoal, exemplos: “Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais” (BRASÍLIA, 2017, p. 8); “A seguir, apresenta-se a estrutura geral da BNCC” (p. 21). Sobretudo, na maior parte do texto, o professor é colocado como o mediador ou até mesmo como um auxiliar do sistema que

levará o aluno a desenvolver os conhecimentos e competências ao longo da educação básica. Exemplo dessa assertiva pode ser verificado nas tabelas de habilidades a serem desenvolvidas na disciplina de Língua Portuguesa, como segue na tabela destinada ao 2º ano do ensino fundamental:

(EF02LP19) Planejar, com a ajuda do professor, o texto que será produzido, considerando a situação comunicativa, os interlocutores (quem escreve/para quem escreve); a finalidade ou o propósito (escrever para quê); a circulação (onde o texto vai circular); o suporte (qual é o portador do texto); a linguagem, organização, estrutura; o tema e assunto do texto. (BRASILIA, 2017, p. 79).

Portanto, as orientações não são encaminhadas ao professor, aquele que deve elaborar estratégias, metodologias, meios para que o que o aluno desenvolva habilidades para planejar o texto que será produzido, etc. No discurso da BNCC cabe ao aluno planejar, e o professor fica em segundo plano, como seu auxiliar. Dessa forma, a organização dos mecanismos de textualização indica que o destinatário principal da prescrição sofre ocultamento (MACHADO, BRONCKART, 2004).

Em relação ao objetivo pretendido pelos autores do texto, como já apontado, é o de normatizar o conjunto de aprendizagem consideradas pelo MEC como essenciais para que os alunos se desenvolvam ao longo da educação básica. Constituindo-se um documento normativo propositivo, base para a construção dos currículos estaduais, distrital e municipais. Assim, as características globais do texto – a respeito do gênero mobilizado – configuram o texto como pertencente ao gênero do discurso/textual “Regulamento”.

E, a organização interna global é estruturada da seguinte forma: Apresentação; 1. Introdução: exposição dos princípios e objetivos da BNCC; os marcos legais que a embasam; os fundamentos pedagógicos. 2. A estrutura da BCC; 3. A etapa da educação infantil; 4.1. A área de Linguagens: descrição das competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental – anos iniciais e finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades (as demais subseções da seção 4, tratam das áreas: Arte, Educação Física, Língua Inglesa, das quais não nos ocuparemos em analisar).

O nível organizacional - os tipos de discurso empregados: embora exista uma conjunção intrínseca entre o tema tratado na BNCC e o mundo de seus agentes produtores (representantes das instituições responsável pela gestão do sistema educacional brasileiro), o texto não é organizado com predomínio do emprego do discurso interativo. O discurso que organiza o conteúdo da BNCC é o teórico. Esse tipo de discurso, conforme Bronckart (2009), é empregado quando em um texto não é preciso, necessariamente, referenciar o agente produtor, pois o tema em tratamento no texto pode ser compreendido e apreendido pelos seus destinatários independente de quem seja o responsável pela enunciação. Como posto, sendo a BNCC um documento que normatizará a elaboração dos currículos em âmbito nacional e, em decorrência desse fato, sendo produzido por instâncias responsáveis e envolvidas no sistema educacional, o emprego do discurso teórico causa um ocultamento do caráter coletivo da produção do documento (MACHADO,

BRONCKART, 2004). Em decorrência, o conteúdo temático é exposto de forma autônoma, o que pode ser evidenciado pelo uso de elementos linguísticos-discursivos, como:

- Modo impessoal (conforme exemplos já citados): “Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais” (BRASÍLIA, 2017, p. 8); “A seguir, apresenta-se a estrutura geral da BNCC” (p. 21).

- Procedimentos de referência intertextual: “Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)7, a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira” (p. 7); “Igualmente, reafirma seu compromisso com os alunos com deficiência, ao reconhecer a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)” (p. 11).

A sequencialidade em predominância na BNCC se forma pela conjunção entre a sequência descritiva e a explicativa. Por ser um novo documento e ter a responsabilidade de nortear as construções dos currículos da educação básica de todo território nacional, é possível que os destinatários precisem de aprofundamentos a respeito do que está sendo exposto no documento e até mesmo de detalhes. Ou seja, o conteúdo temático pode ser entendido como de difícil compreensão, portanto, seus produtores trabalham com a planificação de sequências explicativas e descritivas, conforme exemplos a seguir:

a) Sequência descritiva:

No âmbito da BNCC, a noção de competência é utilizada no sentido da mobilização e aplicação dos conhecimentos escolares, entendidos de forma ampla (conceitos, procedimentos, valores e atitudes) (BRASÍLIA, 2017, p. 16).

b) Sequência explicativa:

Assim, a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender. (BRASÍLIA, 2017, p. 16).

O nível enunciativo envolve os mecanismos de responsabilização enunciativa em geral. Sobre os produtores do documento e responsáveis sobre a enunciação, como exposto, logo nas primeiras e últimas páginas do documento, assim como na seção Base Nacional Comum Curricular e regime de colaboração, na página 14, está instaurado o caráter oficial e institucionalizado do documento, um coletivo é anunciado como autores do documento. No entanto, a organização do texto empregando a impessoalidade, o uso do discurso teórico e as orientações dirigidas ao aluno e não ao professor permitem entender um ocultamento dos produtores como aqueles que assumem a responsabilidade pelo agir.

Na progressão do texto, com o intuito de dar mais autoridade ao discurso, ao que se pretende, às suas premissas, a BNCC faz uso de vozes instituídas em leis e diretrizes da educação, como a voz da LDB

n. 9394/96, da Constituição Federal de 1988, entre outros documentos hierarquicamente maiores e anteriores a BNCC, que reforçam a autoridade e a necessidade das prescrições estabelecidas na BNCC.

A respeito do uso de modalizadores, eles não estão presentes na BNCC, o que pode ser considerado coerente frente ao tipo de discurso empregado, o teórico.

O nível semântico – para apreender quais os papéis semântico-sintáticos os principais actantes postos em cena pelo documento desempenham – pauta-nos nas classificações de Fillmore (1975) apresentadas por Bronckart e Machado (2004), mas seguindo a revisão realizada por Machado e Bronckart (2009) no reconhecimento de que não é preciso detectar a função sintático-semântica de todos os constituintes frasais. Por isso, centramo-nos na detecção dos constituintes referentes aos principais actantes, apresentados em Bronckart e Machado (2004, p. 152):

- Agentivo, o ser animado responsável por um processo dinâmico [...].
- Instrumental, o ser inanimado que é a causa imediata de um evento ou que contribui para a realização de um processo dinâmico [...].
- Atributivo (ou Experienciador), a entidade a quem é atribuído uma determinada sensação ou um determinado estado [...].
- Objetivo, a entidade que sofre um processo dinâmico [...].
- Beneficiário, o destinatário animado de um processo dinâmico [...].
- Factivo, que indica o estado ou o resultado final de uma ação [...].

Contudo, devido às classificações estabelecidas não se enquadrarem exatamente nos papéis ocupados pelos actantes da BNCC, realizamos algumas adaptações.

Na BNCC, o papel semântico-sintático que os produtores desempenham nos enunciados, na Apresentação e na seção que trata sobre o regime colaborativo de construção do documento, é o de instrumental (na adaptação do conceito). O que concretiza o ocultamento dos produtores como aqueles que assumem a responsabilidade pelo agir. Exemplos:

A BNCC é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira.

A primeira versão do documento [...] [...] recebeu mais de 12 milhões de contribuições – individuais, de organizações e de redes de educação de todo o País –, além de pareceres analíticos de especialistas, associações científicas e membros da comunidade acadêmica. As contribuições foram sistematizadas por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e subsidiaram a elaboração da segunda versão.

[...] a segunda versão da BNCC passou por um processo de debate institucional em seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todas as Unidades da Federação, sob a coordenação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Os seminários estaduais [...] contaram com a participação de mais de 9 mil professores, gestores, especialistas e entidades de educação, encerrando o ciclo de consulta previsto para a segunda versão. [...]

A segunda versão da BNCC foi examinada também por especialistas do Brasil e de outros países [...].

Também esta versão da BNCC, em distintos momentos de sua elaboração, foi analisada por leitores críticos (especialistas, associações científicas e professores universitários) [...] (BRASÍLIA, 2017, p.5-6).

Evidencia-se na citação que o coletivo de produtores não é sujeito das orações, são: a BNCC, a primeira versão do documento, as contribuições, a segunda versão da BNCC, os seminários estaduais. Sob essa perspectiva, é a BNCC que desempenha a função sintática-semântica agentiva, mesmo não sendo um ser animado. É o documento o colocado como responsável pelo processo dinâmico de mudança no sistema escolar, é quem: “define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (BRASÍLIA, 2017, p. 7); quem “indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam” (p. 7); quem vai ajudar “a superar a fragmentação das políticas educacionais” (p. 9); quem “assume que a ‘educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade’” (BRASIL, 2013 apud BRASÍLIA, 2017, p. 18).

Ao mesmo tempo, a BNCC tem o papel instrumental, um ser inanimado no sentido que Bronckart e Machado (2004) conferem, pois “vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações” (p. 8). Papel que se espera de um documento prescritivo.

Os entes federados desempenham os papéis agentivo, instrumental e atributivo. Atributivo no sentido que aos entes é atribuído, pela BNCC, a responsabilidade de implementar as prescrições nos referidos currículos estaduais, distrital e municipais. Agentivo porque são, portanto, os entes os responsáveis: “pela formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (BRASÍLIA, 2017, p. 8); efetivação da equidade: “a equidade é efetivada nas decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, no planejamento do trabalho anual das instituições escolares, nas rotinas e nos eventos do cotidiano escolar” (p. 11); “pela implementação da BNCC o reconhecimento da experiência curricular existente em seu âmbito de atuação” (p. 13); e,

por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (p. 13).

Instrumental porque os entes federados contribuem com a BNCC na realização das prescrições, exemplo: “Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da educação básica” (p. 12).

Entretanto, destacamos que apenas intrinsecamente os professores estão incluídos nesses papéis dados aos entes federados, uma vez que os recursos linguísticos empregados na construção do discurso tratam os referidos entes como instituições e não como pessoas propriamente ditas, como é o caso do professor e seu papel enquanto profissional em sala de aula: as decisões são das secretarias de educação, o planejamento do trabalho é das instituições escolares, cabe ao sistema e rede de ensino incorporar as prescrições aos currículos, são a BNCC e os currículos que asseguram as aprendizagens essenciais. Logo, ao professor não são atribuídos de forma direta papéis pela BNCC.

No caso dos alunos da educação básica, o papel semântico-sintático é o de beneficiário, são eles os destinatários finais das ações pedagógicas a serem desenvolvidas pelos responsáveis pela implementação da BNCC; são eles que desenvolverão competências para “compreender as linguagens como construção humana, histórica e social [...]” “Reconhecer as linguagens como fonte de legitimação [...]”; “confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas [...]” (BRASÍLIA, 2017, p. 62).

Por esta configuração, é atribuída à BNCC o papel de ator. É a Base que tem o objetivo, na área de língua portuguesa, por exemplo, de “garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para a participação social e o exercício da cidadania, [...]” (BRASÍLIA, 2017 p. 64). Como se ao professor coubesse apenas o papel de implementador desse objetivo, uma vez que ao docente não é conferido, pelo documento, o papel de ator.

A partir de uma das categorias de análise de Bulea (2010), essa interpretação se confirma, pois as orações em que a BNCC é o sujeito, os verbos empregados são verbos que codificam atos ou gestos: “a BNCC ajude a superar a fragmentação”(p. 10); “Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da educação básica” (p. 12); “a BNCC preserva a continuidade do desenvolvimento e das aprendizagens entre esses dois segmentos da Educação Básica” (p.66). Enquanto que em nenhum enunciado, em todo documento, o professor é o sujeito das orações. O docente é arrolado como um agente, é o auxiliar do processo de desenvolvimento dos beneficiários, que é o que acontece, por exemplo, na descrição das habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, nas tabelas, de todos os níveis de ensino: “(EF01LP19) Planejar, com a ajuda do professor, o texto que será produzido, considerando a situação comunicativa [...]” (p. 73); “(EF03LP09) Buscar e selecionar, com o apoio do professor, informações de interesse sobre fenômenos sociais e naturais [...]” (p. 86); “(EF69LP11) Rerler e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos Colegas [...]” (p. 121).

E ainda, analisando os elementos motivacionais, intencionais e os recursos para agir, a constatação é a de que em nenhum momento no documento são apresentadas razões e intenções para o professor agir, esses elementos estão vinculados a BNCC.

Considerações finais

Interessados em compreender qual a representação social é instituída pela BNCC ao professor, analisamos todo o referido documento. Os resultados demonstram que os envolvidos no sistema de ensino colocados em cena pela BNCC são: o coletivo de agentes-produtores do documento; o próprio documento, em momentos de personificação do ser inanimado; os alunos da educação básica, beneficiários; os destinatários, responsáveis pela implementação da BNCC e pela construção dos subcurrículos, entre eles, o professor que é quem recebe a representação social de agente, simples participante de um processo sobre

o qual não lhe são atribuídas responsabilidades para seu agir sobre sistema educacional, cabendo-lhe apenas colaborar para que os objetivos da BNCC sejam alcançados.

O documento (a BNCC) ainda não passou pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) onde deve ser debatido e aprovado, a previsão do conselho gestor é de que isso ocorra até novembro de 2017. Nesse sentido, nosso intuito é poder contribuir, junto a muitas outras reflexões e debates que estão sendo realizados, para que a terceira versão possa ser revista, entre outros pontos não discutidos nesse trabalho, conferindo ao professor a devida representação social que ele ocupa no cenário educacional.

Referências

- AMIGUES, R. Trabalho do professor e trabalho de ensino. In: MACHADO, A.R. (org.). O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina: Eduel, 2004, p. 35-53.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa. Brasília. Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa. Brasília. Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- BRASÍLIA. Orientações Curriculares para o ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- _____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, 2017.
- BRONCKART, J.P. Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano. Tradução Anna Rachel Machado, Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas-SP: Mercado das Letras: 2006.
- _____. Atividade de linguagem, textos e discurso: por um interacionismo sociodiscursivo. Tradução Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2009.
- _____; MACHADO, A.R. Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional. In: MACHADO, A.R. (org.). O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina-Pr: Eduel, 2004, p. 131-163.
- BULEA, E. Linguagem e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade. Campinas: Mercado das Letras, 2010.
- MACHADO, A.R. et al. Relações entre linguagem e trabalho educacional: novas perspectivas e métodos no quadro do Interacionismo Sociodiscursivo. In: MACHADO, A.R. Linguagem e educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva. Organização Vera Lúcia Lopes Cristóvão e Lilia Santos Abreu-Tardelli. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2009, p. 15-29.
- _____; BRONCKART, J.P. (Re-)configurações do trabalho do professor construídas nos e pelos textos: a perspectiva metodológica do grupo ALTER-LAEL. In: MACHADO, A.R. Linguagem e educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva. Organização Vera Lúcia Lopes Cristóvão e Lilia Santos Abreu-Tardelli. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2009. p. 31-77.
- SAUJAT, F. O trabalho do professor nas pesquisas em educação: um panorama. In: MACHADO, A.R. (org.). O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina/PR: Eduel, 2004, p. 3-34.
- SOUZA-E-SILVA, M.C.P. O ensino como trabalho. In: MACHADO, A.R. (org.). O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina/PR: Eduel, 2004, p. 81-104.

Marilúcia Santos Domingos Striquer is an adjunct Professor at the Center for Letters, Communication and Arts – Jacarezinho campus Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Coordinator of the Professional Master's Degree in Literature – PROFLETRAS/UENP (Oedinance 210/2018). Researcher of the DIALE Research Group (CNPQ/UENP).Email: marilucia@uenp.com.br